



## MOÇÃO

### “O 25 de Abril e o poder local democrático”

Primeira subscritora: Mafalda Troncho (PS)

Este ano festejamos o 34º aniversário da revolução dos cravos. Ao comemorarmos o 25 de Abril estamos a homenagear um conjunto de mulheres e homens que sacrificaram a sua vida e a sua juventude a favor da liberdade e da democracia. Estamos, em particular, a homenagear a coragem dos Capitães de Abril, como o nosso amigo José Luís Cardoso, que, naquela madrugada, abriram caminho a um país onde os direitos do homem deixam de ser letra morta.

Estamos também a celebrar um conjunto significativo de conquistas, das quais queremos este ano destacar o nascimento do poder local democrático.

Esta conquista teve efeitos extraordinários sobre a vida das populações. Coisas que hoje parecem tão óbvias, como redes de esgotos, fornecimento de água potável, caminhos e estradas só foram possíveis com um poder local que passou a responder às necessidades dos seus munícipes.

Milhares de autarcas, por todo o país, criaram ou apoiaram a implementação de estruturas de apoio à infância, à juventude e à 3ª idade. Não podemos deixar de referir o “Cartão Social do Município Idoso”, como um bom exemplo do que o poder local pode fazer para dignificar aqueles que ao fim de uma vida de trabalho mais se debatem com dificuldades económicas. A “Loja dos Sonhos” é outro bom exemplo do que um município pode fazer para garantir a todas as crianças o acesso às oportunidades que o afastamento dos grandes centros parecia negar-lhes.

São estes e estas autarcas que têm promovido, ao longo dos seus mandatos, o desporto, a cultura e o ambiente. Os mesmos que têm sabido, com o tempo, promover a participação dos seus concidadãos e concidadãs nas decisões que influenciam a vida de todos.

Sim, o 25 de Abril deu-nos o direito de votar e de escolher quem nos representa. Mas deu-nos também o direito de nos manifestarmos, de reivindicarmos e de participarmos na construção conjunta de comunidades mais desenvolvidas e mais felizes.

O recente processo de revisão do PDM reforçou esse espaço de intervenção. Centenas de eborenses envolveram-se e deram o seu contributo. E todos nós reconhecemos que não só o resultado final ficou mais enriquecido como a sua execução será previsivelmente mais fácil.

O exercício do poder local é um processo dinâmico e inovador. E por esse motivo continuará a saber responder às necessidades daqueles que representa. A sua pertinência tem vindo a ser alimentada pela sua capacidade em dar resposta a velhos e novos desafios.

Tal como a liberdade e a democracia, o exercício do poder democrático constitui um processo que tem de ser alimentado. Também por essa razão, devemos celebrar o 25 de Abril. Sempre. Para que as novas gerações não esqueçam o seu significado e para que esse esquecimento não feche nenhuma das portas que Abril abriu.

Évora, 19 de Abril de 2008

[(Aprovada por maioria, com 36 votos a favor (23 do PS e 13 da CDU) e 3 abstenções (do PSD)]



## MOÇÃO

### “Regozio pelo Diálogo do Ministério da Educação com as Estruturas Representantes dos Professores”

Primeira subscritora: Paula de Deus (PS)

O Ministério da Educação (ME) na sua missão de qualificação do ensino em Portugal tem desenvolvido um amplo processo de reforma de que é expressão o processo de avaliação de desempenho dos professores.

A Assembleia Municipal de Évora manifesta o seu regozio pelo empenho do ME na criação de condições facilitadoras do entendimento com estruturas representativas dos professores. Num processo de negociação difícil e exigente, o ME não se furtou a esforços na construção de uma solução partilhada com os representantes da classe docente.

A partilha de responsabilidades na prática do modelo de avaliação certamente contribuirá para uma avaliação mais adaptada às exigências de uma profissão que pela sua natureza deve ser reconhecida na sua dignidade e importância social. Com o entendimento conseguido certamente vão existir condições para que o ME e os representantes dos professores construam as soluções técnicas mais eficazes com vista às melhores práticas pedagógicas e a uma melhor qualidade do ensino-aprendizagem.

Évora, 19 de Abril de 2008

[(Aprovada por maioria, com 20 votos a favor (do PS), 17 votos contra (13 da CDU, 3 do PSD e 1 do PS) e 2 abstenções (do PS)]



## MOÇÃO

### “Centro Histórico Requer Acções de Revitalização”

Primeiro subscritor: Florival Pinto (PSD)

Comemorou-se ontem o Dia Internacional dos Monumentos e Sítios.

Este dia, criado a 18 de Abril de 1982 pelo ICOMOS (Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios) e aprovado pela UNESCO, oferece uma oportunidade para sensibilizar a população da diversidade do património cultural e dos esforços que requerem a sua protecção e conservação, permitindo ainda expor a sua vulnerabilidade e a necessidade de lhe conceder uma atenção contínua.

O ICOMOS elegeu como tema estruturante o Dia Internacional dos Monumentos e Sítios de 2008 o tópico “Património Religioso e Espaços Sagrados”, com o objectivo de contribuir para o desenvolvimento, protecção e valorização dos edifícios e obras de arte religiosas, bem como de todos os espaços investidos de valor sagrado pelas respectivas comunidades humanas.

A Assembleia Municipal de Évora, reunida em sessão ordinária, assinala a fundamental importância do reconhecimento e divulgação de uma perspectiva integradora do património, que considera não apenas os aspectos materiais, mas também as características intangíveis dos bens, as quais se revelam na envolvente física, no contexto histórico, no uso e funcionalidade, e remetem para o papel fundamental que estes bens desempenham na construção das identidades, sejam elas locais, nacionais ou mesmo universais, quando se trata de bens classificados Património Mundial.

Portugal conta actualmente com 13 bens classificados Património Mundial, de entre os quais o nosso Centro Histórico de Évora, atingido por uma crescente desertificação demográfica, onde apenas ficaram os mais velhos, bipolarizados em termos de classes sociais, já que a classe média rumou para a periferia da cidade. A perda de vitalidade do Centro Histórico de Évora constitui hoje o seu principal problema, situação que urge inverter, através da criação de condições reais para atrair a população mais jovem e a classe média, motor importantíssimo da economia local.

A Assembleia Municipal de Évora sublinha que, quer se tratem de monumentos, centros históricos, paisagens culturais ou bens naturais, é necessário recordar os esforços para que estes bens sejam considerados de forma holística, atendendo a todas as suas características, materiais e imateriais. Só assim será possível cumprir cabalmente as obrigações de identificação, projecção, conservação, valorização e transmissão às gerações futuras do nosso património cultural e natural, conforme imposto pela Convenção do Património Mundial e exigido pelos detentores desse património, que somos todos nós.

Quando se fala de património não estamos apenas a falar do passado, mas, sobretudo, do presente e do futuro. O património é um facto de coesão social, que torna os cidadãos mais plenos, mais completos e mais solidários.

Um País que comemora o seu património é um País que se celebra a si próprio.

Évora, 19 de Abril de 2008

(Aprovada por unanimidade)